

# Estado e Educação

MARCELLO ALENCAR \*

**D**eus nos livre de uma idéia fixa: antes um argueiro ou uma trave no olho.

A citação clássica alerta o que está arraigado na cultura nacional.

Tem sido, de fato, uma idéia fixa a de recorrermos no Brasil ao governo, esquecendo a capacidade e a iniciativa que as pessoas devem ter para resolver os seus problemas sem a muleta governamental.

O assunto ressurgiu em meio ao debate sobre a crise na educação pública no Estado do Rio. Um debate superficial e fora de seu eixo verdadeiro. A crise não é apenas da Educação, mas uma crise geral e mais profunda: a das relações sociais, da organização social e do Estado, que se espalha por todo o setor público.

Neste início de ano letivo, nas escolas públicas do Estado do Rio, as principais páginas dos jornais estão repletas de reportagens, apontando, em tom sensacionalista, o que seria o descaso e a inércia da administração fluminense, frente a uma educação supostamente abandonada. O problema, infelizmente, é maior — atinge todas as instâncias do poder público, no Brasil inteiro — e mais grave que resultado da simples displicência do administrador, que, no que toca ao atual Governo do Estado, inexistente.

Quero insistir que a falência do Estado remete a sociedade à determinação firme de lutar pelas reformas de base, entre elas a administrativa, como instrumento de modificar a situação caótica. Coube ao Rio de Janeiro o papel pioneiro de se lançar à reforma do Estado, porque o governo fluminense entendeu que a rede de leis existente impede qualquer eficácia do sistema governamental. Isto não é pouco: significa mexer em um vespeiro, pois os nichos do corporativismo, gerados pelo passado paternalista, comprometidos com o "status quo" e impregnados até na cultura da sociedade — vale dizer, na cabeça de todos — reagem de forma imediata e violenta ao esforço renovador.

As distorções que queremos extinguir podem ser reveladas com alguns poucos exemplos conspícuos e veementes, como a situação encontrada nos hospitais, Teatro Municipal e nas escolas cujo emblema é o Instituto de Educação.

Este caos infelizmente não é isolado. Nosso Segundo Grau — refiro-me ao Brasil e não ao Estado do Rio — em geral não profissionaliza, tornando-se, em muitos casos, o repetir de disciplinas em aulas de qualidade duvidosa e finalidade inexistente ou obscura para o aluno. Isso quando algum artifício não poupa o professor apadrinhado do desagradável "front" das salas, compensando-o pelo salário baixo com uma função burocrática, e passando, automaticamente, de ano, os alunos sem mestre e, portanto, ignorantes na disciplina que deveriam ter aprendido. Um crime de lesa-inteligência que se repete na certeza da impunidade, do deixa-para-lá, do jeitinho, tão brasileiros e tão nocivos.

Assim, não é diferente no Ensino Supletivo, em que as sete modalidades de ensino podem atingir um índice de 78% de reprovação. Há situações em que a relação Professor/concluinte de curso estabelece o absurdo índice de um para três — reprodução fiel das estruturas educacionais que fecham a porta da Educação a quem perdeu o bonde na juventude e, mais tarde, tenta a segunda chance — a que todos os cidadãos são merecedores.

A isto acrescenta-se o inferno de leis que gratifica, nem sempre, a quem mais trabalha. A figura criada por este inferno de leis é a figura esdrúxula do professor administrativo, mestre que não ensina, pois é posto, pela própria normal legal, obrigatoriamente, fora da sala de aula. A lei expulsa o professor e condena o Estado a pagá-lo. São mais de 6 mil nesta situação — professor de mentira num reino de faz-de-conta.

O Governo do Estado trabalha e continua a trabalhar para erradicar estas distorções. A falta de professor de determinada disciplina vem a reboque do avanço cienti-

fico-tecnológico, que valoriza determinadas profissões em detrimento de outras, até pelo imediatismo da valorização de profissionais, o que é determinante para inexistência de professores na realidade nacional e internacional.

O Governo apresenta um plano emergencial para o setor, em que empregará uma tecnologia mais avançada, na Educação a Distância.

O Governo está atacando em duas frentes: uma que se destina à qualidade do conteúdo curricular e, outra, que enfrenta a burocracia através da descentralização, da municipalização do ensino, da autonomia, aproveitando a criatividade e o empenho das diretoras das escolas.

Hoje já temos 624 escolas no regime autônomo, com os professores e a comunidade irmanados na batalha pela melhoria das condições de trabalho, tendo, como resultado, em algumas delas, uma redução de até 60% nos custos. Nestes locais, a ação conjunta do Estado com a sociedade civil já começou a derrotar o conluio do corporativismo e da ineficiência que infelicitam o setor.

A crise, porém, como já disse, é maior, nasce no Estado, e somente a sua reforma dará à administração a folga suficiente para melhorar os salários pagos no setor. Dos 480 mil servidores do Estado do Rio, 120 mil são da área educacional, o que dá a medida das dificuldades para remover os erros do passado, acumulados na crise de hoje. Enfrentá-los em conjunto com a sociedade, combatendo vícios administrativos acobertados por leis absurdas, é tarefa de que a atual administração fluminense não abre mão.

É nesta atitude — *nova frente ao problema* — que espero encontrar forças e apoio para afastar a idéia fixa, tão brasileira, de que o poder público tudo pode no correr da caneta ou no manipular da cartola de mágico.